



**SÃO BENTO
DO SAPUCAÍ**
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Avenida Sebastião de Mello Mendes, 511

Jd. Santa Terezinha - CEP: 12.490-000

www.saobentodosapucaí.sp.gov.br | (12) 3971-6110

educacao@saobentodosapucaí.sp.gov.br

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA



São Bento do Sapucaí - SP

ANO 2022

Ana Catarina Martins Bonassi
Prefeita Municipal

Aurora Marigilda da Rosa Santos
Secretária Municipal de Educação

Amarilda Cândida da Rosa e Silva
Diretora da Educação Infantil

Thais Bernardes Nogueira
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Suely Dias Venâncio
Secretaria da Cidadania e Assistência Social

Adrielle Aline Costa Teixeira
Secretária de Municipal de Saúde e Saneamento

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

O Plano Municipal da Primeira Infância é um conjunto de compromissos assumidos pela Prefeitura de São Bento do Sapucaí-SP, com as crianças do município para ampliar e garantir os direitos na primeira infância.

**SÃO BENTO DO SAPUCAÍ – SP
ANO 2022**

APRESENTAÇÃO

O presente documento evidencia um compromisso do poder público com a oferta de uma educação de qualidade a todos os cidadãos desde a primeira Infância com vistas a promover e operacionalizar os direitos das crianças de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente articulando as esferas políticas públicas, sociais, econômicas, institucionais e de infraestrutura, integrando ações para garantir do desenvolvimento integral da criança.

Os Departamentos de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social atendem diretamente essa faixa etária, sendo assim, de forma intersetorial, a equipe analisou os dados municipais e, baseado nos resultados, foram elaboradas as metas possíveis e necessárias para a melhoria da qualidade de vida das crianças.



O município desenvolve alguns programas de forma conjunta com outros departamentos, considerando que as evidências científicas têm mostrado que a necessidade de se dedicar à primeira infância é o melhor investimento que uma sociedade pode fazer. Se as crianças são adequadamente alimentadas, cuidadas e estimuladas, melhores serão os resultados observados desde a Primeira Infância até a idades

adulta. Zelando e acompanhando as crianças em sua integralidade no futuro poderão se tornar adultos saudáveis, conscientes, equilibrados, produtivos e realizados tanto em sua vida pessoal quanto profissional.

Nos próximos dez anos, deverão ser acompanhados a efetivação das metas e as ações propostas neste plano, a fim de garantir políticas públicas que promovam o desenvolvimento integral das crianças do município de São Bento do Sapucaí-SP.

1. Concepção de Infância

O conceito de infância é historicamente construído e, conseqüentemente, vem sofrendo mudanças ao longo do tempo. Na atualidade a infância é reconhecida como um período específico, tendo como constructo a ideia de que os indivíduos nascem e tornam crianças até um determinado período, independente da condição vivida. O sentimento em relação à infância é a consciência da particularidade da faixa etária inicial da vida humana, que se distingue

essencialmente do adulto. É algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia do adulto.

Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998):

“As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, e isto porque, através das interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. (p.21)”

Cada idade tem a sua própria identidade, exigindo uma educação própria, não estando em função de outra idade. Reconhecer a infância como sujeito de direitos públicos, cria obrigações por parte do Estado: ações que possibilitem às crianças construir sua identidade.

2. Concepções de Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB no artigo 29 entende-se que *“A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”*

A criança tem o direito de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações. A instituição de educação infantil destina-se a crianças de zero a cinco anos e onze meses, visando a proporcionar-lhes condições adequadas de desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social, promovendo a ampliação de suas experiências e conhecimentos.

3. Breve histórico da Educação Infantil do município

A Educação Infantil no município iniciou-se no ano de 1982. As primeiras turmas funcionaram no antigo PLIMEC, atualmente denominado CEPROCOM (Centro Promocional Comunitário). Em 1984 instalou-se como sede da Educação Infantil Municipal, um prédio situado no centro da cidade, localizado na Praça da Bandeira. A procura por vagas aumentou rapidamente, sendo necessário alugar uma casa para atendimento físico de



toda a demanda. Algumas turmas chegaram a ter aulas em uma sala na Casa da Lavoura, no Salão Paroquial e no Salão da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. Aos poucos foram sendo abertas salas de Educação Infantil nos bairros rurais, funcionando dentro das unidades de Ensino Fundamental.

Em 2011, por meio do Programa Estadual Creche/Escola foi firmado convênio entre o Governo Estadual e a Prefeitura de São Bento do Sapucaí para a construção da primeira Creche no município. Ao final de 2012, a obra se iniciou e, no dia 13 de novembro de 2013, sob o decreto 2.454 nasceu a Creche Escola Maria Cleidson Mendes Roberti. As atividades letivas na referida Creche Escola tiveram início no dia 10 de abril de 2014, atendendo inicialmente a crianças de 03 (três) a 05 (cinco) anos e, em 2015, o atendimento se expandiu para as crianças de 6 meses a 5 anos de idade.

Importante lembrar que a expressão “Educação Infantil” só adquiriu o status de nível educacional, sendo definida como a primeira etapa da Educação Básica, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - sancionada em dezembro de 1996. A Lei também estabelece que a Educação Infantil seja oferecida em creches, para crianças de até três anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos.

A partir do disposto na LDB, o Ministério da Educação propôs, em 1997, o Referencial Curricular da Educação Infantil – RCN. Esse documento definiu os eixos do currículo e as orientações pedagógicas que visam a contribuir para a prática educativa nesse segmento da educação. Nesse contexto, apesar de ainda não ter uma proposta pedagógica instituída legalmente, os professores da Educação Infantil Municipal passaram a utilizar os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ao elaborar seus planejamentos e projetos. Em 2009 o Itinerário Pedagógico (concebido como metodologia que buscava promover a transformação do papel do professor como transmissor de conhecimento), foi implantado na Educação Infantil Municipal. A partir daí a primeira Proposta Pedagógica da Educação Infantil Municipal foi publicada oficialmente, por meio da Resolução nº 09/2014.

Entretanto, modernizar a educação não quer dizer que é preciso abdicar daquilo que favorece os novos rumos, ou deixar de usar experiências que deram resultado no passado para traçar o futuro. Assim, as parcerias com a Fundação Lucia e Pelerson Penido por meio do Programa VIERAM (Vivendo uma Infância Melhor), desde 2015, tem favorecido as trocas de experiências, aprofundamento nos estudos sobre infância, formação continuada de professores, e a re/ formulação de documentos essenciais para a Educação Infantil no município. Além disso, em 2016, a Secretaria Municipal de Educação ofereceu aos profissionais educadores cursos de formação, com assessoria da empresa Edna Tamarozzi Cursos e Treinamentos, que

contribuiu para que novas teorias fossem incorporadas às práticas pedagógicas dos professores, trazendo resultados significativos nas aprendizagens dos alunos.

Cumprindo com a obrigação da oferta dessa nova e necessária modalidade de ensino para a vida (Creche e pré-escola), elaborar e reelaborar documentos oficiais para a Educação Infantil no município significa não somente a obrigação de ofertar um serviço básico da sociedade, mas também o compromisso da Gestão em garantir que as crianças de São Bento do Sapucaí tenham garantida a educação lúdica, criativa e de qualidade que permita a formação de cidadãos que farão a diferença na vida do município num futuro próximo.

A creche tem sido cada vez mais, reivindicada por um número crescente de famílias de diferentes camadas sociais. Daí a urgência em responder as questões envolvidas no desenvolvimento de crianças, para garantir um atendimento de qualidade. Assim, apresentamos no presente documento a nova Proposta Pedagógica da Educação Infantil Municipal, onde são propostas orientações básicas para sua condução, elencadas sob a forma de princípios norteadores.

O conceito de infância é historicamente construído e, conseqüentemente, vem sofrendo mudanças ao longo do tempo. Na atualidade a infância é reconhecida como um período específico, tendo como constructo a ideia de que os indivíduos nascem e se tornará será crianças até um determinado período, independente da condição vivida. O sentimento em relação à infância é a consciência da particularidade da faixa etária inicial da vida humana, que se distingue essencialmente do adulto. É algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia do adulto.

Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998):

“As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, e isto porque, através das interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. (p.21)”

Cada idade tem a sua própria identidade, exigindo uma educação própria, não estando em função de outra idade. Reconhecer a infância como sujeita de direito público cria obrigações por parte do Estado: ações que possibilitem às crianças construir sua identidade.

4. Metas previstas

As metas apresentadas estão alicerçadas em princípios que devem nortear todas as ações educativas realizadas nas instituições educacionais, bem como nos setores de saúde e Assistência social:

Meta 01 - Ofertar uma Educação de Qualidade.
Meta 02 - Promover a Formação Integral do Educando.
Meta 03 - Ofertar uma educação pública com equidade e qualidade.
Meta 04 - Colaborar com a garantia dos direitos da criança previstos no Estatuto da Criança e Adolescente.
Meta 05 - Garantir os direitos de aprendizagem previstos na Base Nacional comum Curricular.
Meta 06 - Ter acesso aos sistemas de dados dos departamentos municipais que atendem a Primeira Infância.
Meta 07 - Desenvolver ações integradas entre as políticas públicas: Educação, Saúde e Assistência Social.
Meta 08 - Consolidar um modelo de Formação Continuada para todos os profissionais que atendem a Primeira infância.
Meta 09 - Ampliar os espaços públicos das instituições para o desenvolvimento de atividades lúdicas que possibilitem a construção, a autonomia e a aprendizagem.
Meta 10 - Garantir a universalização da matrícula dos alunos com deficiências e atender em 100% as crianças de AEE no ensino regular.
Meta 11 - Ampliar a participação das famílias nas ações da educação, saúde e assistência social.
Meta 12 - Prover ações que possibilitem a transição entre Educação Infantil e Educação Fundamental.

5. Ações

5.1 Desenvolvidas pelas escolas de Educação Infantil

A Educação Básica oferecida pelo Município de São Bento do Sapucaí tem como um de seus princípios básicos a qualidade. A palavra qualidade pode assumir diversos sentidos, dependendo do contexto em que é utilizada.

Para esclarecer o sentido da qualidade em Educação o município baseia do que o Ministério de Educação e Cultura - MEC apresenta:” *qualidade é um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, vinculando-se às demandas e exigências sociais de um dado processo*” (MEC, 2009:30).

Complementa-se, ainda, com a contribuição de Moacir Gadotti: *Entendemos uma educação de qualidade quando ela forma pessoas para pensar e agir com autonomia. E isso deve começar na primeira educação, na creche, na pré-escola, na educação infantil e deve continuar ao longo da vida...* (Gadotti, 2013, COEB).

Para a efetiva oferta de educação com qualidade é preciso analisar os múltiplos fatores que interferem no processo educacional. É necessário mapear os diversos aspectos envolvidos nesse processo para qualificar, avaliar e apontar os conteúdos e aprendizagens que serão construídos pelos educadores da Rede Municipal de Educação junto aos alunos.

Pautada nas ideias sobre qualidade assumidas pelo município, esta Proposta agrega também o compromisso de oferecer ambientes educativos que favoreçam o pleno desenvolvimento das crianças, considerando-as construtoras ativas do seu conhecimento e de sua personalidade,

A qualidade na educação prevista na Proposta pedagógica da educação Infantil se concretiza por meio de diversas ações:

- ✓ Planejamento dos espaços e tempos pedagógicos que atendam aos objetivos definidos na Proposta Pedagógica
- ✓ Definição dos pontos de chegada em relação às aprendizagens que serão desenvolvidas;
- ✓ Utilização de metodologias inovadoras e apropriadas à construção dos saberes e desenvolvimento dos conteúdos;
- ✓ Desenvolvimento de ações pedagógicas na perspectiva da educação inclusiva;
- ✓ Acolhimento e valorização da diversidade;
- ✓ Utilização de novas tecnologias e recursos pedagógicos;
- ✓ Uso de equipamentos e materiais para o desenvolvimento adequado às atividades educativas;
- ✓ Organização de processos avaliativos que possam identificar problemas de ensino e de aprendizagem, podendo com isso subsidiar ações para a transformação da prática pedagógica.



- ✓ Adoção de gestão democrática participativa;
- ✓ Desenvolvimento de ações de formação e de valorização dos educadores e demais profissionais que atuam no ambiente educacional;
- ✓ Construção de condições para acesso e permanência das crianças na instituição educacional;
- ✓ Promoção do envolvimento das famílias nas ações da escola.

O trabalho pedagógico desenvolvido terá que dar significância a tudo àquilo que é proposto como ação da escola. Partindo-se do conhecimento prévio dos educandos, construindo pontes entre a teoria e a prática, fundamentando-se em pesquisas e práticas pedagógicas inovadoras, deve-se procurar desenvolver as diversas linguagens, o uso das tecnologias de informação e estudos do meio.

Deverá, ainda, criar condições para desenvolver e ampliar o processo de qualidade das aprendizagens na escola e a qualidade de convívio. A busca pelo conhecimento voltado para competências e habilidades, bem como a ampliação e a discussão sobre a importância do tempo e da permanência na escola para o desenvolvimento do pensamento autônomo devem estar sempre presentes nas práticas educativas da educação infantil.

O profissional que desenvolve o trabalho na educação infantil deve reunir competências e habilidades tais como: ética, senso de justiça, comprometimento com seus alunos e com os valores e projetos da escola. Esse profissional deverá ser mediador e facilitador do processo de aprendizagem, parceiro dos sujeitos da aprendizagem. Deverá também preocupar-se com estratégias diferenciadas, renovadas e ajustadas à realidade dos educandos, assumindo novas formas de ensinar e de intervir. A esse profissional deverá ser assegurada formação em serviço, bem como valorização das iniciativas individuais para sua formação profissional.

A educação deve assumir o compromisso de transformação da sociedade, de modo tal que se concretize sua função de mediadora entre o educando (ser atuante e criativo) e o acesso ao saber historicamente acumulado ao longo do processo histórico. A educação também deverá promover o pensamento crítico, estimulando a atuação sobre o meio social, relacionando a ele, as diversas áreas do conhecimento científico e atividade sistematizada. A finalidade educativa deve estar comprometida com a transformação da sociedade.

Nessa perspectiva a ação educativa deverá contemplar elementos voltados aos princípios democráticos, transformadores e de participação ativa. Assim, o acesso aos conteúdos de modo significativo favorece a incorporação de saberes que permitem compreender, analisar e intervir na sociedade na qual se insere. O trabalho pedagógico pressupõe dois sujeitos: professor/educador e aluno, que juntos participam do processo educativo, aprendem e se

desenvolvem mutuamente.

A escola se constitui em uma organização social que através de um processo sistemático e intencional tem a função de cultivar e transmitir valores sociais elevados e de contribuir para a formação de seus alunos, mediante experiências de aprendizagem e ambiente educacional condizentes com os fundamentos, princípios e objetivos previstos pela legislação e pela comunidade na qual se insere. Dessa forma, este documento propõe que o trabalho pedagógico seja organizado de forma a valorizar a experiência de todos os atores envolvidos no cotidiano escolar. Propõe também que situações de aprendizagens facilitadoras sejam constantes em todos os momentos do processo educativo.

Considera-se o aluno como sujeito da aprendizagem; ele é quem realiza a ação e não alguém que apenas sofre ou recebe uma ação. Por ser um sujeito reflexivo, chega à escola com um conjunto de explicações chamadas de concepções prévias, senso comum ou conhecimento prévio. Sendo um sujeito da aprendizagem, deve participar ativamente da sua educação, mediante a experimentação, a pesquisa em grupo, o estímulo à dúvida e o desenvolvimento do raciocínio, entre outros procedimentos. Por meio desse processo a autonomia dos educandos vai sendo construída, uma vez que eles têm a oportunidade de interagir com o meio, de expressar ideias próprias e de exercitar suas capacidades de criação, com uma visão particular do mundo.

Uma vez que este documento prevê os educandos como sujeitos ativos que comparam,



excluem, ordenam, categorizam, classificam, reformulam, comprovam, formulam hipóteses em uma ação interiorizada (pensamento) ou em ação efetiva (segundo o grau de desenvolvimento), a perspectiva adotada em relação aos conteúdos curriculares a serem trabalhados é a de que eles não são fins em si mesmos, mas se constituem instrumentos (meios) que servem ao desenvolvimento pleno do sujeito.

O brincar define-se por uma forma pela qual as crianças interpretam o mundo, construindo significados e sua própria identidade. Por meio da brincadeira a criança toma decisões, expressa sentimentos e valores,

aprende a se conhecer, a conhecer os outros e ao mundo. Importante ferramenta, a brincadeira possibilita à criança se apropriar de códigos culturais para se desenvolver e se expressar.

A criança não aprende a brincar sozinha. Para aprender a brincar é necessária a mediação do adulto ou de outras crianças mais experientes. Ao falar de brincadeira é preciso enfatizar o papel das interações nessa importante atividade da criança: a interação com os adultos, com outras crianças, com os objetos, com o espaço físico e com a instituição e a família das crianças.

Apesar do prazer e da aprendizagem que podem advir do brincar livre, o brincar interativo com a professora pode contribuir para o conhecimento do mundo social, além de oferecer maior riqueza e complexidade às brincadeiras.

O envolvimento da professora pode ser pela participação direta ou indireta. A professora pode participar do brincar com as crianças ou ao lado delas. Com os bebês, especialmente, a ação da professora deve envolver falas, gestos, esconder e achar objetos. Com as crianças maiores, o envolvimento do adulto pode ser a participação e a iniciação.

A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso à educação básica obrigatória a todas as crianças e adolescentes. Dessa forma, para a criança com necessidade especial está garantida a matrícula na escola regular bem como o atendimento especializado complementar ou suplementar, de preferência dentro da escola. A inclusão é reafirmada na LDB 9394\96 bem como na Lei 8.069 (ECA).

Educação na perspectiva da educação inclusiva implica uma possibilidade legal de educação para todos. Educação que visa a reverter o processo de exclusão, criando condições,

estruturas e espaços para a aceitação da diversidade de crianças. Assim, a escola será inclusiva quando, além de transformar a rede física, mudar a postura, as atitudes e a mentalidade de educadores e da comunidade escolar aprendendo a lidar e conviver com as diferenças. Com base em uma concepção de direitos humanos, na Educação Infantil a ação educativa, sem estigmas ou discriminações, tem a intenção de acolher, pesquisar e atender o aluno portador de necessidade especial, garantindo, além da



sua matrícula na escola regular, também um atendimento especializado e individualizado no turno contrário.

Para a escola, a educação inclusiva representa possibilidade de renovação. Isso porque possibilita a transformação das comunidades aprendizes em pesquisadoras, uma vez que deverão buscar a compreensão sobre a ampla diversidade que ela acolhe. A inclusão na escola promove, portanto, uma educação de qualidade, o respeito à diversidade, ampliando, cada vez mais, as possibilidades de aprendizagens dos sujeitos. Se a inclusão escolar é real, será, também, social.

4.2 Ações intersetoriais

O Plano prevê uma escola democrática, que ofereça condições para alunos desenvolverem suas habilidades e competências, para que possam compreender sua existência, relacionar-se com o ambiente no quais estão inseridos, exercendo seus direitos e deveres norteados por princípios humanitários. Uma escola que respeite as diferenças, de modo que não sejam ignoradas no cotidiano, mas valorizadas; que construa responsabilidade individual e coletiva e que procure criar oportunidades de desenvolvimento das potencialidades de cada um dos envolvidos no processo educativo.



O respeito à diversidade é o primeiro passo necessário para garantir a gestão democrática e uma educação inclusiva. A gestão democrática acontece quando a escola aprende a lidar com educandos reais, com suas demandas, experiências e desejos. Ligada ao conceito de pluralidade e multiplicidade, a diversidade representa a possibilidade de aprender com diferentes ângulos de visão e abordagem, possibilitando

construir comunhão dos contrários, na intersecção de diferenças, ou ainda, na tolerância mútua.

A diversidade nasce da construção histórica, cultural e social das diferenças e cabe as instituições serem aliadas e em conjunto promover a equidade, a igualdade e a valorização humana com ações sociais e humanísticas por meio de programas sociais providos por meio dos setores de saúde e Assistência Social.

Programa Criança Feliz - O município por meio da Secretaria de Assistência Social aderiu o programa Criança Feliz. Os profissionais realizam orientações para as famílias vulneráveis sobre cuidados com a saúde, alimentação e estímulos adequados. São realizadas ações como a visita domiciliar, que é uma estratégia de extrema importância para promover a saúde, a parentalidade e o desenvolvimento humano, com inúmeros benefícios para as crianças, para as famílias e sociedade.



Programa Saúde da Família - Por meio do programa as equipes (ESF) Estratégias Saúde da Família, promovem ações voltadas à saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade. As equipes ESF desenvolvem ações que exigem atenção básica como:

- Definir o território de atuação e de população sob a responsabilidade das UBS e das equipes;
- Programar o e implementação das atividades de atenção à saúde de acordo com as necessidades de saúde da população, com a priorização de intervenções clínicas e sanitárias nos problemas de saúde segundo critérios de frequência, risco, vulnerabilidade e resiliência. Inclui-se aqui o planejamento e organização da agenda de trabalho compartilhado de todos os profissionais e recomenda-se evitar a divisão de agenda segundo critérios de problemas de saúde, ciclos de vida, sexo e patologias dificultando o acesso dos usuários;
- Desenvolver ações que priorizem os grupos de risco e os fatores de risco clínico-comportamentais, alimentares e/ou ambientais, com a finalidade de prevenir o aparecimento ou a persistência de doenças e danos evitáveis;

- Realizar atenção à saúde na Unidade Básica de Saúde, no domicílio, em locais do território (salões comunitários, escolas, creches, praças, etc.) e outros espaços que comportem a ação planejada;

- Desenvolver ações educativas que possam interferir no processo de saúde-doença da população, no desenvolvimento de autonomia, individual e coletiva, e na busca por qualidade de vida pelos usuários;

- Participar do planejamento local de saúde assim como do monitoramento e a avaliação das ações na sua equipe, unidade e município; visando à adequação do processo de trabalho e do planejamento frente às necessidades, realidade, dificuldades e possibilidades analisadas;

- Desenvolver ações intersetoriais, integrando projetos e redes de apoio social, voltados para o desenvolvimento de uma atenção integral;

- Apoiar as estratégias de fortalecimento da gestão local e do controle social, dentre outras.

Os programas são fundamentais à articulação entre todas as políticas públicas voltadas à qualificação do atendimento a gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias, incorporando estratégias para o fortalecimento da integração da rede socioassistencial.



5. Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. v 1, 2 e 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 05, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

_____. BARBOSA, M. C. S. Por Amor e por Força: Rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Estatuto da Criança e Adolescente - Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990.

MEC. Base Nacional Comum Curricular Nacional; dezembro Ano 2018.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

KRAMER, S. O papel social da educação infantil: textos do Brasil. Brasília: Editora Porto, 2000.

KUHLMANN Jr. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PIAGET, Jean e INHELDER, Bärbel. A psicologia da criança. São Paulo: DIFEL, 1982.

SILVA Rinalva C. Educação e qualidade. Piracicaba – SP: Unimep, 1995.

VYGOTSKY, L. S. Teoria e método em psicologia. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. Lisboa, Persona, 1983.

VYGOTSKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.